

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO CAPITALISTA PARA A EDUCAÇÃO

Sarah Jatobá Muller

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA/UNESP/IBILCE

Qual é a concepção de educação que fundamenta as políticas educacionais para a educação escolar pública na sociedade capitalista contemporânea? Para responder à questão de pesquisa formulada, temos como hipótese inicial que as políticas públicas educacionais implementadas no Brasil a partir da reforma educacional da década de 1990, visam a adaptação da educação escolar às necessidades técnicas e ideológicas do capital. Este trabalho de pesquisa tem como objeto de estudo as políticas educacionais implementadas no Brasil na década de 90. Nesse sentido, tem como objetivo mais amplo analisar qual é a concepção de educação que fundamenta as políticas educacionais para a educação escolar pública na sociedade capitalista contemporânea. Para alcançar o objetivo proposto, esta pesquisa bibliográfica e documental traz registros de práticas governamentais do Brasil, assim como também as concepções que articulam e tem fundamentado as políticas neoliberalistas para a educação.

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Educação Escolar, Formação Humana.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas, extremamente importantes na vida cotidiana, é um dos modos dos quais o Estado se relaciona com a sociedade para atender suas demandas e, no que se refere à educação, atende-se a sociedade através das políticas educacionais. Nesse sentido, refletir sobre essa temática é de suma importância como também um momento muito oportuno, visto que as políticas educacionais voltadas para implantação do neoliberalismo na educação estão se consolidando no presente momento. Sendo assim, este trabalho, como instrumento de estudo, proporciona uma análise sobre as políticas públicas educacionais brasileiras para a educação pública, buscando compreender a concepção neoliberalista as fundamenta.

Apesar do avanço significativo da educação em relação ao acesso e permanência em alguns setores educacionais, as políticas educacionais a partir da reforma educacional da década de 90 mostram que estas políticas tem funcionado como instrumento de reprodução da organização social vigente e a submissão da educação à demanda do



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



mercado de trabalho e do capital, a partir da meritocracia e competitividade. Portanto, considerando que na prática as políticas educacionais brasileiras tem se tornado pouco efetivas e um fator de contribuição para o aumento da desigualdade já existente, essa temática é muito relevante na reflexão por parte dos profissionais da educação, pois permite pensar mais a fundo a concepção que tem modelado e ainda modela as políticas educacionais do nosso país, seja na gestão das escolas públicas e/ou nas práticas dos educadores, tendo em vista o papel social da educação, que auxiliada pelo Estado, deve-se voltar à formação de cidadãos com o pensar pautado na ética, valorizando a cidadania, acesso, permanência e aprendizagem efetiva. Essa exigência de formação por competências tem sua origem nas novas formas de organização do trabalho produtivo baseadas no modelo japonês de produção, o Toyotismo, bem como na reforma do Estado de cunho neoliberal

Nesse sentido, tendo como objeto de estudo as políticas educacionais implementadas no Brasil desde a década de 1990, o objetivo mais amplo é analisar qual é a concepção de educação que fundamenta as políticas educacionais para a educação escolar pública na sociedade capitalista contemporânea. Qual é a concepção de educação que fundamenta as políticas educacionais para a educação escolar pública na sociedade capitalista contemporânea? Para responder à questão de pesquisa formulada, temos como hipótese inicial que as políticas públicas educacionais implementadas no Brasil a partir da reforma educacional da década de 1990, visam a adaptação da educação escolar às necessidades técnicas e ideológicas do capital. Este trabalho de pesquisa tem como objeto de estudo as políticas educacionais implementadas no Brasil na década de 90. Nesse sentido, tem como objetivo mais amplo analisar qual é a concepção de educação que fundamenta as políticas educacionais para a educação escolar pública na sociedade capitalista contemporânea. Para alcançar o objetivo proposto, esta pesquisa bibliográfica e documental traz registros de práticas governamentais do Brasil, assim como também as concepções que articulam e tem fundamentado as políticas neoliberais para a educação. Logo, ao analisar as políticas públicas educacionais no Brasil, a partir da década de 1990, buscamos elucidar a questão norteadora da pesquisa e suas implicações para a educação escolar e para a formação humana.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



MÉTODO CIENTÍFICO

Para a análise do objeto proposto, utilizamos como fundamentação teórico-metodológica o Materialismo Histórico Dialético de Marx, onde se observa a materialidade e totalidade das relações. Bem como considerar o processo histórico do cotidiano movido por contradições da realidade, relacionando as múltiplas determinações para enfim se chegar a uma realidade concreta pensada, uma totalidade. Segundo Marx (1976), a realidade se apresenta ao ser humano de forma caótica, não sendo possível enxergar a totalidade das relações mas apenas um concreto aparente, por causa da falta de percepção da historicidade e das verdadeiras causas das transformações que acontecem. Nesse concreto aparente, pode-se enxergar uma conjunção de elementos: escolas, universidades, pessoas pobres, pessoas ricas, bancos, empresas, greves, instituição policial, imigrantes e migrantes, entre outros, porém sem uma reflexão e estudo sistemático não se encontra um esclarecimento ou relação entre esses elementos, caracterizando-se apenas como aleatoriedades da realidade humana. Por isso, Marx *apud* Malagodi (1993) aponta que antes de expor o movimento real-efetivo da pesquisa, deve-se apropriar detalhadamente do material, analisando o seu desenvolvimento e relações internas. Ou seja, investigar as partes separadas, buscando conexões que são invisíveis a quem observa de forma rasa, para então depois reconstruir a realidade, mas desta vez expondo o que não é possível ver a olho nu.

Para sair do concreto aparente e chegarmos à essência do fenômeno, o concreto pensado, será preciso examinar os eventos que culminaram na crise do capitalismo, que por sua vez, resultou na reestruturação produtiva e depois na reforma da educação na década de 90, desvelando os nexos relacionados a como o modo de produção capitalista influencia as políticas educacionais. Desta maneira, considera-se que a partir da análise das relações sociais existentes na sociedade capitalista contemporânea, sejam econômicas, sociais ou culturais, assim como também das suas implicações no modo de produção e a totalidade das condições materiais que a determinam, podemos então chegar à essência de quais são os fundamentos que orientam as políticas educacionais para a



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



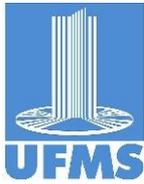
educação escolar pública na sociedade capitalista contemporânea e as consequências disto para a educação escolar e para a formação humana.

Para compreender as relações sociais incorporadas na nossa sociedade a partir do modo de produção capitalista, precisa-se primeiro observar a materialidade das relações sociais. Nesse sentido, o materialismo histórico marxista aponta que o homem como ser social é definido pela sua produção material, por isso se tem a necessidade de compreender quais são as bases materiais da existência da humanidade. Logo, estas bases trazem o trabalho como categoria central na análise marxista sobre as relações sociais capitalistas, como se pode ver na obra *Ideologia Alemã* (1977):

“O primeiro pressuposto de toda a história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto, sua relação dada com o resto da natureza [...] Pode-se distinguir os homens dos animais pela sua consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida [...]. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material.” (MARX; ENGELS, 1977, p.27)

O trabalho humano, como categoria central definida por Marx e Engels, é caracterizada como um processo de relação entre o homem e a natureza, onde ele se apropria dos elementos da natureza transformando-os para assegurar sua existência física. Porém, mais do que isso, ao iniciar esse processo ele acaba por criar novas funções para o objeto de sua apropriação, então também inicia outro processo, o de sua humanização, transformando-se objetiva e subjetivamente (GUEDES *apud* DUARTE, 1993). Ao agir sobre a natureza para transformá-la com o objetivo de satisfazer suas necessidades, na verdade demonstra que já havia anteriormente o resultado desta ação em sua mente, ou seja, em sua consciência.

Tendo isto em vista, para se chegar ao ser humano concreto é preciso considerar o processo histórico de humanização, em sua forma mais desenvolvida, que se caracteriza pela divisão do trabalho apropriação privada dos meios e instrumentos de produção da existência (GUEDES, 2005), onde é possível enxergar as relações classistas e antagônicas, com uma classe que domina e explora uma outra classe que apenas possui a



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



força de trabalho. Por isso, Marx faz uma análise dialética das relações entre as classes na sociedade capitalista, entendida pelo materialismo dialético como uma disputa histórica entre classes sociais relacionada ao processo de humanização (divisão do trabalho) da sociedade.

Nos últimos séculos, as relações sociais capitalistas têm sido reguladas pelo trabalho, enquanto que este modo de produção foi se estruturando e se caracterizando pelo acúmulo de capital, a sociedade teve como consequência o surgimento da propriedade privada dos meios de produção. Quer dizer, uma classe dominante se apropria dos meios e instrumentos de produção, e outra classe, chamada proletariado, que não é proprietária de seus meios de produção, acaba por vender seu tempo e força de trabalho para sobrevivência. É dessa relação assimétrica que surge o trabalho assalariado, e sob a ótica capitalista, o trabalho, a ciência e tecnologia deixam seu valor de uso para satisfazer as necessidades vitais do ser humano, e centralizam agora em valor de troca, a fim de gerar mais lucro e capital.

Assim sendo, trabalhamos com a hipótese de que a crise do capital que culmina em uma reestruturação produtiva, acaba por influenciar as políticas públicas educacionais implementadas no Brasil a partir da reforma educacional da década de 90, que objetivava a adaptação da educação escolar às necessidades técnicas e ideológicas do capital, buscando formar um indivíduo para as novas competências do mundo do trabalho. Portanto, após todos esses pressupostos, seguiremos à análise da crise capitalista, da reorganização do capital através da reestruturação produtiva e também sobre a reforma da educação.

CRISE CAPITALISTA

Para compreender melhor as dinâmicas existentes nas mutações do capitalismo na sociedade e a historicidade de seu desenvolvimento, parte-se da afirmação de que não há capitalismo sem crise. Assim, crises econômicas são inerentes ao capitalismo, estando sempre presentes mediante a formas ampliadas de reprodução do capital (MOTA, 2009), e mais ainda, o capitalismo não só apresenta crises como ele mesmo as gera. De acordo com Marx (1984), esse sistema apresenta uma contradição que se expressa na tendência



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



do desenvolvimento absoluto das forças produtivas, com a abstração do valor, da mais-valia¹ e até das relações sociais, onde ocorre o modo de produção capitalista. Ou seja, o modo de produção capitalista gera conflito entre as forças produtivas e a limitação da expansão do capital, levando de tempos em tempos a momentos de recessão e crise, que por sua vez, impedirão a ampliação do processo de circulação do capital.

Por isso, a forma como o capitalismo se desenvolve decorre dos problemas estruturais propostos por ele historicamente. Dessa maneira, é importante salientar que “os impactos das crises apresentam-se diferenciados para os trabalhadores e os capitalistas. Para os capitalistas, trata-se do seu poder ameaçado; para os trabalhadores, da submissão intensificada” (MOTA, 2009, p.4). Nesse sentido, a crise começa a se manifestar com o aumento da disparidade entre

a produção e consumo, comprometendo a transformação da mais-valia em lucro,

“[...] quando são produzidas mais mercadorias do que a população pode comprar, o processo de acumulação é afetado, uma vez que estoques de mais-valia não asseguram o fim capitalista. Para isso, não basta produzir mercadorias, estas precisam ser transformadas em dinheiro para, rapidamente, retornarem ao incessante processo de acumulação do capital: produção/circulação/consumo.” (MOTA, 2009).

Neste contexto, apesar das diversas causas que podem originá-las, as crises do sistema capitalista perpassam alguns ciclos, tendo seu início com a produção e consumo em alta, gerando desequilíbrio econômico e aumento da inflação. Logo, esse ciclo se desdobra em outros ciclos, como a diminuição das atividades comerciais e procura por consumo, que por sua vez, gera falências de empresas, desemprego, aumento dos juros, endividamento do Estado, aumento da pobreza, enfim, uma recessão econômica. Isso indica que as crises vivenciadas em

¹A mais-valia, ou mais-valor, é a diferença entre o valor pago ao trabalhador (salário) e o valor produzido por ele (excedente das horas trabalhadas), em outras palavras, é o lucro obtido pelo empregador mediante a jornada de trabalho. (MARX, K. **O Capital**, Livro 2, Tradução Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo, 2014).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



1929, em 2008 e em momentos mais recentes causados pela pandemia do covid19 em 2020, na verdade, são apenas uma expressão de crise do capitalismo.

É interessante notar que a partir da década de 70, onde uma recessão atingiu os países capitalistas mais desenvolvidos, um estágio mais desenvolvido do capitalismo já podia ser visualizado nesse período. Segundo Antunes (1999), antes desta recessão houve grande acúmulo de capital e, o taylorismo/fordismo² e keynesianismo³ atingiram seu apogeu, no entanto, a partir dos anos 70, o capitalismo começou a sinalizar um quadro crítico. Entre os sinais mais evidentes apontados, são incluídos: a queda da lucratividade do patronato pelo aumento do preço da força de trabalho, por sua vez, causada por lutas sociais dos anos 60 para

maior controle social da produção e conquista de mais direitos que aumentam os custos da produção; o esgotamento do modo de produção taylorista/fordista, que se via sem soluções para o desemprego estrutural gerado e a queda do consumo; aumento da esfera financeira no que diz respeito a bancos e capitais financeiros, com priorização e autonomia para especulação destes capitais; capitais mais concentrados através de fusões de grandes empresas; a crise do “Estado do bem-estar social” (ou Welfare State), trazendo a crise fiscal para o Estado capitalista e a necessidade de diminuir gastos públicos com privatizações e desregulamentações; e em geral, a flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho (ANTUNES, 1999).

Assim sendo, a crise do fordismo e keynesianismo evidenciou não só uma crise econômica, mas também, como diria Antunes (1999), uma *crise estrutural do capital*. Crise esta, que demonstrou a lógica destrutiva do capitalismo através de seus efeitos de diminuição do valor de uso das mercadorias e da impossibilidade de controlar o metabolismo social do capital⁴, por sua vez, dependente da separação e alienação entre o trabalhador e os meios de

² O Taylorismo/Fordismo era baseado na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e vertical, assim como também da racionalização dos processos para aumento da produtividade sem aumento de custos, transformando o trabalho em atividades mecânicas, repetitivas e rígidas. (ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial. 4. ed. 1999).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



³ O Kenesianismo é apontado como a regulação do Estado, um compromisso de “Estado do bem-estar social” ou *Welfare State* nos países capitalistas mais desenvolvidos, caracterizado pela relação entre capital e trabalho mediado pelo Estado. Para países centrais, eram implementados ganhos sociais e seguridade social para os trabalhadores, desde que deixassem de lado o socialismo. Já os países do chamado Terceiro Mundo estavam excluídos deste compromisso. (ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial. 4. ed. 1999).

⁴ O sistema de metabolismo social do capital se caracteriza por um complexo, que se apresenta pela divisão hierárquica do trabalho, subordinado suas funções vitais ao capital. (MÉSZÁROS, István. (1995) **Beyond Capital (Towards a Theory of Transition)**. Merlin Press, Londres. (1.ed. revista: 2011, **Para Além do Capital: Rumo a uma Teoria da Transição**. Boitempo, São Paulo.)

produção; da imposição de condições objetivadas e alienadas sobre os trabalhadores; da personificação do capital como um valor egoísta; e da personificação do trabalho, reduzindo a identidade do trabalhador à suas funções produtivas fragmentárias (MÉSZÁROS, 2011).

Nesse contexto, a luta dos trabalhadores nas décadas de 60 e 70, caracterizou-se pelo questionamento das ações realizadas como controle social da produção capitalista, contra os modelos fordista/taylorista constituídos pela alienação da organização do processo de trabalho e a divisão social hierárquica, que por um lado explorava a força de trabalho e por outro incentivava o poder de compra apesar das péssimas condições de trabalho e salários baixos. Ainda que contestando esse sistema através de greves, objetivando resgatar o *controle social dos trabalhadores* e dos meios materiais do processo produtivo (MÉSZÁROS, 2011), por fim o proletariado acabou por sofrer grandes derrotas, pois encontrou limitações para se organizar como projeto anti-hegemônico do capital. Limitações estas, que são indicadas por Antunes (1999) como a conflitualidade proletária emergente que não consolidou formas de organização alternativas, capazes de se contrapor aos sindicatos e aos partidos tradicionais, limitando-se apenas ao local de trabalho e ao plano microscópico da empresa.

Por conseguinte, esse período mostra que as inovações fordistas/tayloristas e keynesianas existentes no regime de acumulação destes modelos não garantem a inclusão social e, seu desenvolvimento, só se daria com um controle e manipulação exagerados da força de trabalho. De tal forma, que a expressão desta crise capitalista se estende até hoje,



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



onde a partir da derrota da classe operária pelo controle social da produção, houve várias consequências,

entre elas, como veremos na sequência, a implementação de um novo processo de reestruturação pelo capital, que busca não só a reorganização e recuperação do seu ciclo reprodutivo, mas também a implementação de um projeto de dominação da sociedade.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Ante a crise estrutural do capital na década de 70, num período pós-guerra, a reestruturação do ciclo produtivo na qual nossa sociedade ainda está se aprofundando, foi uma resposta para a recuperação e reformulação do sistema metabólico do capital. O novo modelo de acumulação inclui, entre algumas de suas dimensões, as desregulações e privatizações. Nesse sentido, Mota (2009) aponta que esta nova ofensiva capitalista pelo modelo neoliberal, trouxe uma retração da ação sócio reguladora do Estado, de forma que através da maior liberalização da economia e mercado, a classe trabalhadora foi impactada não só pelas privatizações de empresas produtivas estatais, como também pelo atendimento de suas necessidades sociais sob a responsabilidade de empresas privadas, limitando a ação do Estado apenas à fiscalização, segurança pública e assistência social à camada mais pobre da população.

Verifica-se nessa nova fase novas formas de acumulação do capital, caracterizadas pela flexibilização, trazendo transformações no processo produtivo e novos sentidos para o trabalho e trabalhador. Por conseguinte,

“O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível, do *downsizing*, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, em que se destaca especialmente o “toyotismo” ou o modelo japonês.” (ANTUNES, 1999).

Em meio às crises e competições entre monopolistas e empresas transnacionais, estes novos modelos trabalham com estratégias que envolvem a redução de funcionários e de custos, através de uma reestruturação interna de maneira que consigam garantir desempenho e lucratividade empresarial. E ainda mais, estes modelos tentam também conter os avanços de lutas sociais, visando recuperar a



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



dominação societal por forma diferentes, não só econômicas mas inclusive ideológicas. O que antes no sistema fordista/taylorista se organizava de forma centralizada, hierarquizada, com produção em massa, produtos estocados e salários maiores para que os trabalhadores pudessem consumir, agora, surge um novo modelo do Japão, o toyotismo. Este, por sua vez, trabalha com uma produção flexível, inovadora, com gestão de controle organizacional, maior diversidade na produção, salários mais baixos com incentivo à prêmios pela produtividade visando a competitividade, menos produtos estocados, pois produz conforme a demanda do mercado e, maior uso de tecnologia diminuindo a necessidade de maior mão de obra humana, o que força o trabalhador a se enquadrar nas novas exigências e competências do mercado de trabalho ou ficará desempregado.

Nesse sentido, Ribeiro e Leda (2004) apontam que nessa fase de reestruturação produtiva, as empresas tiveram um verdadeiro “desmonte”, onde a terceirização ou subcontratação ganhou maior espaço, somando-se a precarização e instabilidade no trabalho. Para sua própria sobrevivência, a classe trabalhadora se submete à fragmentação e heterogeneidade dessa reestruturação produtiva, em que até os sindicatos deixam de atuar em nível macro em prol de melhores condições de trabalho e salário para os trabalhadores, focando apenas em situações internas organizacionais (idem: 79). A partir dessa instabilidade gerada no processo de trabalho, a sociedade tem se vinculado cada vez mais a este modo de produção, onde tanto o que está desempregado quanto o que está empregado sofrem com a preocupação de obter trabalho para sua subsistência.

Considerando essa nova centralidade do trabalho na vida das pessoas, por sua vez gerada por uma sociedade do consumo, o modelo toyotista de acumulação ainda vigente na nossa sociedade, trouxe como diz Mészáros (2011) a falácia de “qualidade total” ou “empresa enxuta” na reestruturação produtiva, decrescendo o valor de uso das mercadorias. Esta temática enfoca a qualidade nos processos produtivos, onde para poder voltar a valorização do capital, torna-se necessário que as mercadorias percam seu valor ao longo do tempo. Ou seja, quanto maior a “qualidade total” dos produtos, menor será sua durabilidade e maior a depreciação do produto.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



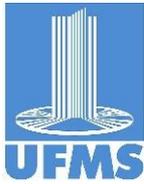
Enfim, após esse arrazoado percebemos que esse processo de reestruturação do processo produtivo, através da implementação do toyotismo trouxe em suas dimensões as privatizações, desregulamentações, terceirizações, aumento de trabalhos temporários, multiplicação de contratos precários de trabalho, diminuição média dos salários, flexibilização do processo produtivo de mercados e força de trabalho, entre outros, que afetam diretamente a classe operária com processo de racionalização da produção capitalista e controle da força trabalhadora. E ainda mais, trouxe novas mudanças organizacionais, tecnológicas, sócio-metabólicas, econômicas (neoliberalismo mundial), político-institucionais (Estado Neoliberal) e culturais com o pós-modernismo⁵. Portanto, nesta sociedade contemporânea, a reestruturação produtiva exige que os indivíduos possuam competências suficientes para se inserirem e competirem no mercado de trabalho existente, onde em meio a tantas desigualdades, adiciona-se a psicologia neoliberalista (CAMBAÚVA; JÚNIOR, 2005) que apenas ele próprio (o indivíduo) é responsável pelo sucesso ou fracasso de sua inserção no mercado de trabalho.

Neste cenário, a implantação e aprofundamento desse modelo capitalista neoliberal afetou a sociedade como um todo, seja nas artes, política, economia ou religião e, como educação e trabalho estão intrinsecamente ligados, logo a educação brasileira, que é o nosso objeto de estudo, sofreu também os impactos da reestruturação produtiva a partir dos anos 90.

REFORMA NA EDUCAÇÃO - DÉCADA DE 1990

Olhando para o processo histórico de políticas governamentais, nota-se que no final dos anos 80 o Brasil estava vivenciando um momento de transição. Neste cenário político e econômico de transição do regime militar para o civil com eleição indireta, enxergava-se a herança deixada pelo período da ditadura: alta inflação e vários problemas sociais. Nesse

⁵ O pós-modernismo, a partir do séc. XX, caracterizou um processo da contemporaneidade que focaliza a desconstrução de valores tradicionais da modernidade, com maior incentivo do individualismo, pluralismo,



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



identidades indefinidas, descontinuidade, liberdade, heterogeneidade, instantaneidade, efemeridade, sentidos de espetáculo, exagero, superficialidade e importância às aparências e maior uso de tecnologias. contexto, mesmo sofrendo privatizações como forma de redução do Estado numa solução temporária para a crise, a instabilidade econômica do país impossibilitava o ajuste por completo do país aos ideais neoliberais. Por outro lado, positivamente ocorriam lutas sociais pelo direito à educação; pela gestão democrática nas escolas; entre outras que foram contempladas no estabelecimento da Constituição Federal de 1988 (CF), caracterizada pelo comprometimento com a democracia, onde a “CF avança no alargamento formal da cidadania e dos direitos sociais, entre eles a educação.” (DOURADO, 2019, p. 7).

À medida que neste período o fenômeno da globalização⁸ estava se ampliando, o modelo neoliberal que surgiu com a reestruturação produtiva buscava garantir a manutenção da ordem capitalista, manipulando as informações como instrumento de alienação, dissociando o trabalhador do trabalho, utilizando maior protecionismo, livre mercado (mas com barreiras alfandegárias e sanitárias), entre outros. Ao mesmo tempo, as políticas educacionais receberam atenção especial de entidades financeiras internacionais, principalmente do Banco Mundial, objetivando o financiamento de políticas educacionais mediante condições de adequação aos interesses internacionais. Nesse sentido, as influências firmadas se materializaram em políticas públicas que afetam a população brasileira, trazendo mudanças à educação tanto no sentido organizacional quanto pedagógico. (BACH; LARA, 2012).

Então, as reformas educacionais brasileiras seguem os desdobramentos de organização da sociedade capitalista que envolvem a atuação do Estado, a democracia e as políticas sociais, não seguindo de forma isolada e nem ao mesmo tempo. Nesse sentido, é interessante notar que uma das conquistas garantidas pela CF, a eleição direta para a presidência da república, teve sua efetivação em 1990, sendo Fernando Collor de Mello o primeiro presidente eleito após a ditadura. Com um discurso “anticorrupção”, solução econômica para os descamisados (mais pobres) e para a crise existente, Collor começou a introduzir a política neoliberal no Brasil. De modo que sua atuação visava a *modernização do Estado*, com maior número de privatizações de empresas estatais e de



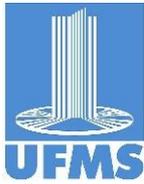
importações; menos gastos com políticas sociais e públicas; desregulamentação da economia; competitividade e inserção na nova ordem capitalista mundial. (OLIVEIRA, DUARTE, 2005).

Enquanto isso, as políticas educacionais de cunho neoliberal desse governo se baseavam em uma filosofia individualista e competitiva do mundo empresarial, visando a

⁸ A globalização é um fenômeno produzido que se fundamenta na tirania da informação e do dinheiro e conduz a uma violência estrutural, alterando o comando da política que sai do Estado e é assumido pelas empresas. (SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.)

descentralização da gestão, onde algumas das intenções para o setor educacional foram expressas nos seguintes documentos: o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC (1990), o Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área de educação (1991- 1995) e Brasil: um Projeto de Reconstrução Nacional (1991) (YANAGUITA, 2011). Mello e Silva (1992) afirmaram no “em aberto” (órgão de divulgação técnica do Ministério da Educação) que a proposta do PNAC era "criar condições para um ensino básico moderno e banir de vez por todas de nosso dia-a-dia a vergonha do analfabetismo", com redução de 70% dos analfabetos em quatro anos. Contudo, o *Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área de educação (1991- 1995)* foi o primeiro documento oficial a esclarecer a política educacional delimitando recursos e metas, sendo por sua vez, uma das metas mais importantes a inserção do Brasil na revolução tecnológica que estava ocorrendo no mundo, colocando a educação como eixo de desenvolvimento para uma sociedade democrática e redução de pobreza (YANAGUITA, 2011), fundamentada em concepções da Teoria do Capital Humano (TCH), introduzindo as ideias de competitividade, equidade, eficiência e qualidade na educação.

A educação nesse contexto, mesmo que colocada como política social, é caracterizada como elemento necessário à reestruturação competitiva da economia. Apesar de propor maior atuação do setor privado, este documento não descarta a indispensabilidade da presença do Estado, de modo que atribui ao governo federal de



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



articulador das políticas educacionais, atuando juntamente ao Conselho de Secretários de Educação (CONSED), a União dos Dirigentes Municipais de Ensino (UNDIME) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Durante os dois anos deste governo, verifica-se que o discurso e prática se diferenciavam, pois não houve implementação efetiva das políticas devido a seu desconhecimento do papel da centralidade da educação para as políticas econômicas no processo de modernização embutida no discurso (MELLO, SILVA, 1992). O que no discurso neoliberalista incluía descentralização, expansão, inovação tecnológica, mecanismos de avaliação de resultados, qualidade total e equidade, na prática, por sua vez, caracterizava-se com falta de recursos, menor autonomia das instituições, fragmentação, má gestão e papel desarticulador do MEC. No entanto, as mudanças educacionais propostas nesse período seriam consideradas pelos próximos governantes, como no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Considerando a atuação de FHC no governo Itamar Franco (1992-1995) como Ministro da Fazenda, ele atuou na estabilização das contas públicas, redução de gastos, aumento da receita, a transição do cruzeiro real para o real, queda da inflação, maior quantidade de privatizações, e apesar disso, também pelo aumento do desemprego. A partir disso, no seu próprio governo em 1995, FHC facilitou transferência de riquezas para o setor privado, fortalecendo os monopólios industriais, o que levou a diminuição das responsabilidades do Estado, reduzindo-se a funções básicas como educação primária, saúde, infraestrutura essencial e desenvolvimento econômico (SILVEIRA, 2009). Nesse cenário tornou-se possível a consolidação das ideias propostas nos governos anteriores para a educação, no entanto agora voltada exclusivamente para o mercado de trabalho.

Em ambos os mandatos (1995- 2003), nota-se que a educação foi transformada em mercadoria a ser comercializada de acordo com as exigências do mercado, como consequência da adoção das políticas do Consenso de Washington - regras instituídas por economistas de instituições financeiras internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial - refletidas na educação. Tais reflexos resultaram na privatização de escolas públicas; na ênfase sobre a avaliação e controle pelo Estado;



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



critérios essencialmente quantitativos na seleção de professores e alunos, como também na avaliação de cursos nos diversos níveis do ensino; na ênfase sobre a prática em detrimento da teoria; maior tecnocracia na educação; incentivo à educação profissionalizante e técnica para atender à demanda do setor empresarial (pós-médio, institutos de educação, cursos normais superiores etc.) e proliferação de formação breve e Educação à distância (Ead), geralmente fornecida por agências de mercantilização do ensino (SILVEIRA, 2009).

Uma vez fundamentadas em ideais neoliberalistas, as políticas educacionais do governo FHC seguiam a descentralização administrativa, financeira e pedagógica, proporcionando maior autonomia para as instituições escolares, à medida que também traziam fragmentação na gestão pública e a criação de programas sociais e educativos, no contexto de reforma de Estado (OLIVEIRA, 2011). Alguns, dentre os programas voltados para as camadas populares foram criados o “Toda Criança na Escola” em 1997, um programa de renda mínima como apoio federal a programas municipais de renda mínima relacionados a programas sócio-educacionais, sendo 50% dos seus custos financiados, que logo em 2001 foi substituído pelo Programa Nacional de Bolsa-Escola (PNBE) no apoio à inclusão e permanência das crianças pobres na escola (OLIVEIRA, DUARTE, 2005). Assim como também o Programa Alfabetização Solidária, uma política de governo para de combate aos altos índices de analfabetismo, gerida pela primeira-dama à época, a antropóloga Ruth Cardoso, por meio de uma organização não governamental (ONG) (OLIVEIRA, 2011). Analisando ao final dos dois mandatos, verifica-se grande fragmentação na organização da educação nacional; sistemas de avaliação e de estatísticas; um ensino superior de pouca qualidade e fabricante de diplomas; redução dos salários dos profissionais da educação e a desmotivação dos mesmos, devido aos sistemas transferirem a culpabilidade total do fracasso dos educandos aos docentes, ao invés de considerarem o contexto geral de dificuldades da educação - estrutura, recursos, materiais, gestão democrática, políticas de acesso e permanência na escola, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



Conhecendo a intencionalidade de uma política educacional, torna-se possível compreender as relações de poder que a permeiam, assim como a concepção existente por trás dela. Evidentemente, o discurso das políticas educacionais do Estado Capitalista, tanto na década de 90 quanto ao longo dos últimos anos no Brasil, está permeado de modernização, qualidade total, adequação do ensino à competitividade do mercado internacional, nova vocacionalização, incorporação das técnicas e linguagens da informática e da comunicação, abertura das instituições escolares aos financiamentos empresariais, pesquisas práticas, utilitárias e produtividade. Assim como também as relações de poder neoliberalistas existentes, têm tentado retirar a educação do campo social e político para colocá-la no mercado e seguir suas regras, transformando a educação em mercadoria a serviço do mercado.

Analisando as práticas governamentais do Brasil, as concepções que articulam e fundamentam as políticas neoliberalistas consistem na necessidade de criar instrumentos que controlem e avaliem a qualidade educacional, assim como também submeter a educação à demanda do mercado de trabalho, a partir da meritocracia e competitividade. O que remete ao taylorismo/fordismo e toyotismo, que a partir da década de 70 impôs à sociedade novas demandas na formação, que deveria ser voltada “tanto dos processos de trabalho envolvidos na produção como dos produtos e padrões de consumo[...]” (GALUCH, SFORNI, 2011, p. 57). O taylorismo/fordismo exige trabalhadores disciplinados e capazes de executar tarefas repetitivas. Já o toyotismo requer trabalhadores capazes de executar múltiplas tarefas ao mesmo tempo e encontrem soluções para diversos problemas. Essas formas de produção mudaram a demanda da educação para o trabalho, sem mudar a lógica neoliberal de produção para o lucro e a competitividade (GALUCH, SFORNI, 2011). Logo, conclui-se que o neoliberalismo introduz um ensino tecnicista, com valores do mundo empresarial, o incentivo apenas ao conhecimento científico, a reprodução da organização social vigente e a formação para o trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



ANTUNES, R.. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial. 4. ed. 1999.

BACH, M. R.; LARA, A. M. B. **Revisitando a Reforma do Estado: os anos 1990 e as Políticas Públicas em Educação do início do século XXI**. In: Anped Sul: Seminário de Pesquisa em Educação Sul, IX, 2012, Caxias do Sul/RS.

CAMBAÚVA, Lenita Gama; JUNIOR, Mauricio Cardoso da Silva. Depressão e neoliberalismo: constituição da saúde mental na atualidade. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 25, n. 4, pág. 526-535, 2005.

DOURADO, Luiz Fernandes. Estado, Educação e Democracia No Brasil: Retrocessos e ;Resistências. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 40, e0224639, 2019.

GALUCH, M. T. B; SFORNI, M. S. F. Interfaces entre políticas educacionais, prática pedagógica e formação humana. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.6, n.1, p. 55-66 jan.-jun. 2011.

GUEDES, M. D. **Educação de jovens e adultos: o debate na década de 1990**. Tese (Doutorado em Educação) -Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal De São Carlos. São Carlos, p. 131, 2005.

MALAGODI, Edgard. **Notas Epistemológicas e Metodológicas sobre a teoria dialética**. Campina Grande/PB. UFPB, 1993.

MARX, Karl. **Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse)**. Siglo XXI: México, 1976.

MARX. Karl. O capital : crítica da economia política, Livro I, **O processo de produção do capital**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boi Tempo, 2011.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In Marx K. **Manuscritos Economicos Filosóficos e outros textos escolhidos**. Nova Cultural: São Paulo, 1974.

MARX, K.; ELGELS, F. **A ideologia Alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977. p. 21-77.

;

MELLO, G. N.; SILVA, R. N. O que pensar da atual política atual?*. In: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Balanco da Atual Política Educacional e Fragmentação das Ações Educativas: iniciando a discussão**, Brasília DF, ano 10, n. 50/51, p. 3-17, abr./set. 1992.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



MÉSZÁROS, István. (1995) *Beyond Capital; (Towards a Theory of Transition)*. Merlin Press, Londres. (1.ed. revista: 2011, **Para Além do Capital: Rumo a uma Teoria da Transição**. Boitempo, São Paulo.)

MOTA, A. E. Crise contemporânea a as transformações da produção capitalista. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. CFESS e ABEPSS: Brasília/DF, 2009.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Ad;riana. Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 279-301, jan. 2;005.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos; LEDA, Denise Bessa. O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n.2, p. 76-83, dez. 2004 .

YANAGUITA, A. I. **As políticas educacionais no Brasil nos anos 1990**. Associação Nacional de Política e Administração da Educação, São Paulo, 2011.

;